

## **Neoliberalismo sem amarras: povo e soberania popular no Brasil contemporâneo**

### **Introdução**

No dia 28 de outubro de 2018, mais de 57 milhões de cidadãos brasileiros votaram em Jair Bolsonaro para presidente do Brasil. Com 55,13% dos votos válidos, o ex-capitão do exército foi eleito para o mais importante cargo da república. Acreditamos que tal evento pode ser observado como o fechamento simbólico do mais recente ciclo político brasileiro, por nós qualificado como um ciclo democrático de mercado, ou seja, um íterim histórico no qual vetores democráticos e vetores mercadológicos confluíram de maneira conflitiva. O que foi o ciclo democrático de mercado? Como se deu seu encerramento? Quais tendências de desenvolvimento histórico se apresentam na atualidade? Está a atual conjuntura brasileira conectada com as vigentes dinâmicas políticas internacionais? De maneira geral, essas são algumas das questões que guiarão este artigo.

Nas páginas a seguir, argumentaremos que a lógica do mercado e a prática democrática são necessariamente forças antagônicas que, por um breve período, no Brasil, compartilharam o mesmo espaço-tempo. Entretanto, em consonância com a tendência global de avanço da contra-revolução neoliberal, em vigor desde os anos 1970, a democracia - aqui entendida como forma de governo baseada na soberania popular - está se tornando cada vez mais procedimental. Tal fenômeno não é insulado, mas sim parte de um processo global em pleno desenvolvimento, algo que, como veremos, é diretamente associado à financeirização da economia capitalista, ao fim do sistema de Breton Woods e à reconfiguração dos imaginários modernos a partir de lógicas individualistas e que naturalizam as desigualdades.

### **Contra-revolução neoliberal e esvaziamento democrático**

Ao contrário do que tentam vender os adeptos da Teoria do Fim da História, o surgimento do neoliberalismo não teve nada de natural. Tampouco trata-se do ápice insuperável do desenvolvimento político da humanidade, como pensa Fukuyama (1992) e seu fiéis seguidores. O neoliberalismo, como bem afirma Harvey (2008), é um projeto internacional de uma classe que objetiva retomar uma capacidade de exercer poder que outrora lhe foi arrancada pelo povo, através de suas lutas, nas mais diversas arenas. Tal capacidade de exercer poder residia no fato da maioria dos Estados, até o final do século XIX e início do século XX, funcionarem substancialmente como um comitê de negócios da classe dominante. A partir da ampliação do sufrágio na Europa, fruto de intensas batalhas travadas pelos trabalhadores e suas organizações, outros setores que não só a classe

dominante puderam penetrar e orientar as estruturas dos Estados<sup>1</sup>. Dessa forma, as elites nacionais viram a democracia liberal exponencialmente limitar sua capacidade de exercer poder dentro dos seus territórios, principalmente quando os partidos socialistas optaram pela participação nos processos eleitorais, o que veio a ser um dos fatores que possibilitaram a ascensão do estado de bem-estar social europeu, segundo Przeworski (1988).

Em seu cerne, o estado de bem-estar social europeu consistiu em um acordo mínimo entre capital e trabalho, mediado pelo Estado. Tal mediação só foi possível, como afirmamos alhures, graças a presença de partidos operários nos parlamentos, que por sua vez, é resultante da ampliação do sufrágio, direito adquirido através das lutas operárias. Entretanto, cabe ressaltar, houve mais um elemento fulcral para que tal compromisso fosse assumido entre as classes: a Revolução Russa. A mais remota possibilidade da chegada ao poder de proletários armados e organizados, como aconteceu no país euro-asiático, povoava os mais sombrios pesadelos das elites europeias. Para estas, ceder certos direitos sociais aos trabalhadores, assim como aceitar algum grau de regulação estatal da economia foi, como dizemos no Brasil, dar os anéis para não perder os dedos.

O fato é que do final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970, a Europa e os EUA viveram tempos de avanço da democracia liberal, de garantia mínima de direitos universais e de relativa estabilidade econômica. É bem verdade que na África, Ásia e América Latina, os processos políticos, econômicos e sociais eram diversos: alguns países ainda estavam em busca de sua libertação nacional e outros da superação do subdesenvolvimento, como em algum momento foi comum desejar. Não obstante, de maneira geral, é possível afirmar que houve um princípio que transpassou o norte e o sul geopolítico, assim como os blocos capitalista e socialista, de maneira desigual, porém combinada: a centralidade do Estado como agente regulador da vida econômica e social (WAGNER, 1984; DOMINGUES, 2013). Não se trata, aqui, de vangloriar a forma Estado, mas de reconhecer que, ao menos por um par de décadas, ela foi um elemento medular para a sustentação do que ficou conhecido como “A era de ouro do capitalismo”.

Já nos anos 1970, manifestou-se gradativamente a crise da recém citada era. Como qualquer crise, não se trata de um evento aleatório e desinteressado, muito menos um fenômeno extrínseco ao sistema. Como bem destaca Karatani (2016), as crises, longe de constituírem uma ameaça à continuidade do modo capitalista de produção, são um modo pelo qual tal modo de produção busca superar os obstáculos colocados à sua reprodução. Não por acaso, em certo trecho do citado artigo, Karatani usa o termo “sintoma” para referir-se à crise. Recordemos que, para a psicanálise, o sintoma é um produto da repressão, uma manifestação vinculada a um conflito inconsciente. Com alguma boa vontade, é possível

---

<sup>1</sup> É crucial recordar que, no início do século XX, a democracia institucionalmente universalizada, com direito de voto para todos, só existia em alguns poucos países. Na maioria dos países europeus, o sufrágio universal só foi estabelecido a partir dos anos 1910. Na América Latina, com exceção do Uruguai, tal direito só seria conquistado décadas depois.

observar um paralelo entre o modelo de produção capitalistas e um indivíduo neurótico que manifesta seus próprios conflitos, através da linguagem, de tempos em tempos, de forma nem sempre cognoscível. Sendo assim, a crise é fundamentalmente a linguagem do capitalismo.

Se, como bem vimos, a crise é a linguagem do capitalismo, precisamos observar com atenção a mensagem que por ela foi transmitida. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a crise não pode ser interpretada como essencialmente econômica. Para compreender a passagem do capitalismo estatalmente organizado para um capitalismo desregulado, é fulcral observarmos a dimensão política e social de uma crise que tentou ser apresentada como restrita ao campo da economia.

A partir de 1968, os conflitos de classe recrudesceram e foram escancarados, seja nos novos ciclos de greves, nas agitações estudantis, na contra-cultura ou na luta por direitos civis. Em Paris, Londres, Rio de Janeiro, Cidade do México, Praga e tantas outras aglomerações urbanas, muita gente tratou de colocar a ordem em cheque. Em sua autobiografia sobre os anos 1960, Tariq Ali (2008) tenta apresentar ao leitor o espírito daqueles tempos como um momento singular de rebeldia, de questionamento e de tentativa de aliar os ideais de igualdade e liberdade. Tal descrição não é trivial, uma vez que podemos, a partir dela, perceber que o projeto neoliberal não surge como uma ação unicamente vinculada ao campo econômico, mas como uma reação intrinsecamente política e indissociável da economia. Pelbart (2003), por exemplo, observa um movimento interessante: a operação do neoliberalismo sobre a crítica ao sistema, internalizando as reivindicações por mais autonomia, liberdade e criatividade, transformando demandas associadas à uma crítica radical do capitalismo em signos postos a trabalhar em favor daquilo que antes reprovavam. Uma operação propriamente ideológica em resposta ao que ficou conhecido como espírito de 1968.

Quem também observou a dimensão política da crise do estado de bem-estar social e algumas chaves para a abertura da contra-revolução neoliberal que se avizinhava foi Habermas (1980). O sociólogo identificava, entre outras questões, a passividade dos cidadãos frente a gestão cada vez mais tecnocrática dos Estados, fruto da transformação da esfera pública burguesa. Sendo assim, a questão medular do capitalismo tardio era a sua crise de legitimação, isto é, a sua incapacidade de obter reconhecimento dos cidadãos.

Crítico à abordagem de Habermas, Streeck (2018) afirma que o menosprezo da dimensão econômica da crise, tão cara à tradição marxista, impossibilitou que os frankfurtianos enxergassem a real complexidade do processo então vigente. Estes, de maneira geral, haviam errado ao desconfiar da lealdade das massas ao capitalismo do pós guerra e ao não desconfiarem da lealdade do capital ao jogo do qual era partícipe, afirma o ex-aluno da Escola de Estudos Sociais. Tal afirmação é uma meia verdade, pois, mesmo que não fossem hegemônicos, haviam sim setores das sociedades interessados no rompimento do pacto que sustentava o estado de bem-estar social. Não foram poucos os

movimentos anti-sistêmicos que brotaram no centro e na periferia do capitalismo naqueles tempos.

Não se trata de apontar quem acertou ou errou na escolha da abordagem analítica, até porque, para nós, economia e política são campos necessariamente vinculados e sem precedência ontológica um sobre o outro. O que nos interessa observar é uma conjunção de deslocamentos políticos e econômicos calculados para concomitantemente reagirem às demandas democráticas de sujeitos cada vez mais descentrados, assim como romper o equilíbrio do capitalismo do pós-guerra. Para alcançar tal objetivo, foi necessário uma dupla-movimentação: no andar de baixo, destruir sindicatos e organizações populares, incutir nas pessoas uma cosmovisão individualista e produzir avançadas técnicas de controle sobre os corpos dos indivíduos; no andar de cima, sequestrar Estados através do endividamento público e substituir o sistema de Bretton Woods por um novo arranjo internacional que favorecesse a hegemonia estadunidense (cito, especialmente, a inconvertibilidade do dólar imposta unilateralmente pelos EUA, em 1971).

Já vimos, portanto, que o neoliberalismo é um projeto global que nasce como reação às conquistas obtidas pelas classes subalternas através da expansão da democracia liberal. Vimos também que tal projeto foi vendido como resposta à uma crise que, apresentada como ameaça ao sistema, na verdade era um modo de superar limites impostos a reprodução do capital. Mas quais eram esses limites? Sem dúvida alguma, estamos falando da democracia.

Poderíamos afirmar que o neoliberalismo, além de um projeto político-econômico, também é um poderoso sistema normativo que generaliza a lógica de mercado para as mais distintas esferas da vida, incluindo a racionalidade (DARDOT; LAVAL 2016). Também seria cabível proclamar as consequências de tal projeto, como por exemplo a deterioração dos antigos laços sociais (SENNET, 2009), a veloz degradação do meio-ambiente e a produção de novas tecnologias que generalizam os riscos outrora concentrados em uma só classe social (BECK, 2010) ou até mesmo a crescente e obscena concentração da renda na mão de poucos indivíduos (PIKETTY 2014). Contudo, o que nos é realmente fundamental é apresentar o neoliberalismo como um projeto essencialmente anti-democrático.

Em *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (2011), Ellen Wood apresenta bons argumentos em defesa de uma hipótese que nos parece bastante óbvia: a incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia. Não nos cabe, aqui, explorar o convite da autora a retomarmos o materialismo histórico. O que nos interessa observar é como ela argumenta que a lógica da mercantilização, inerente a reprodução do capital, necessariamente invalida a soberania popular. Segundo Wood, a igualdade formal, sustentada no direito à cidadania, esconde uma desigualdade substancial entre produtores e detentores dos meios de produção. Se as classes são formalmente iguais, na prática suas capacidades de exercer poder são assaz distintas. Tal diferenciação entre igualdade formal e desigualdade concreta não é nenhuma novidade. Em *Sobre a questão judaica* (2010),

Marx já alertava que a cidadania que garantia uma igualdade abstrata entre os indivíduos não assegurava uma igualdade concreta. Neste ponto reside o cerne da distinção entre emancipação política e emancipação humana.

Para observarmos o recuo democrático global promovido pelo neoliberalismo, nos cabe recorrer a caracterização produzida por Streeck, que aponta a existência de um povo do Estado (*Staatsvolk*) e um povo do mercado (*Marktvolk*). Tal apartação, na prática, coloca em cheque a democracia liberal como um regime de soberania popular, uma vez que coloca o Estado como elemento em disputa entre cidadãos (eleitores e contribuintes) e corporações privadas. Estas, segundo Streeck (2018. p. 17), possuem a capacidade de articular ações coletivas enquanto ações individuais coordenadas através de “think tanks, esclarecimentos públicos, conferências, prognósticos de institutos de pesquisa, resoluções de organizações internacionais, de agências de avaliação de risco (...)”. Em suma, os agentes do mercado possuem a capacidade de operar politicamente sobre o Estado e, frequentemente, contra a sociedade, atropelando assim aquilo que entendemos como soberania popular. Como tentamos demonstrar nas linhas anteriores, tal capacidade aumenta significativamente com o avanço do projeto neoliberal que, ao contrário do que foi bradado por algum tempo, não produziu uma diminuição do Estado, mas sequestrou tal formação política através do endividamento e produziu uma reconfiguração das suas atividades primárias, que deixaram de ser a regulação das relações de produção e a garantia de direitos, passando preponderantemente à repressão dos movimentos de contestação e à legitimação da ordem.

## **Neoliberalismo e democracia no Brasil**

No Brasil, assim como em uma boa parte do resto da América do Sul<sup>2</sup>, a ascensão da hegemonia neoliberal foi acompanhada por um processo de expansão da democracia. Ao observar tal período, iniciado nos anos 1980, Dagnino (2004) afirmou haver uma confluência perversa entre democratização e neoliberalismo. Sobre o mesmo período, Domingues afirmou que, na América Latina, desenrolavam-se giros modernizadores múltiplos. De um lado, a luta das mulheres, negros, povos originários e classes populares produziram uma cidadania com potencial instituinte, algo que pode ser entendido como uma revolução molecular. De outro lado, verificou-se um giro modernizador no qual “ofensivas centradas, da parte de grandes firmas, organizações financeiras internacionais e governos nacionais passaram a se calcar no ponto de vista neoliberal”, esmagando, durante esse processo, trabalhadores e até mesmo firmas de pequeno e médio porte (DOMINGUES, 2009. p. 196).

Admitindo parte das observações de Dagnino e Domingues, argumentamos em um outro artigo (REZENDE, 2018) que, do final dos anos 1970 até o atual momento, vivemos

---

<sup>2</sup> A grande exceção, no continente, foi o Chile. O país foi utilizado como laboratório das experiências neoliberais, ainda nos anos 1970, sob a ditadura de Augusto Pinochet.

um ciclo democrático de mercado. A opção por tratar um intervalo histórico qualquer como um ciclo não é nada nova e não se relaciona com qualquer tipo de noção cíclica do transcurso histórico. Trata-se apenas de um recurso analítico por nós empregado com o objetivo de ressaltar as tendências de desenvolvimento histórico verificáveis em um determinado espaço temporal.

Escolhemos apontar o final dos anos 1970 como marco inicial do ciclo democrático de mercado porque, naqueles anos, surgiram novos personagens e matrizes discursivas (SADER, 2001) que lograram estabelecer um campo popular na política nacional (DOIMO, 1995). Da ação dos novos personagens políticos (não só dos que foram diretamente observados por Sader em sua *magnum opus*) e da formação de um campo popular, foi engendrado o Movimento Diretas Já e, anteriormente, o Partido dos Trabalhadores, principal ator político institucional do período aqui retratado. Concomitantemente, a economia brasileira encarava sua própria crise de estagflação e começavam a brotar os germens de uma práxis neoliberal que apontava a desregulação do mercado, a abertura econômica e a espoliação de bens públicos como necessárias respostas à crise.

Ao afirmar que a partir do final dos anos 1970 o Brasil passou a viver um ciclo democrático de mercado, de forma alguma estamos afirmando haver algum tipo de afinidade eletiva entre neoliberalismo e democracia, mas sim um encontro contingente entre vetores antagônicos que manifestavam-se desde acima (o neoliberalismo) e desde abaixo (a democracia). Ademais, tal encontro contingente não pode ser entendido como linear, uma vez que é possível observar dois subciclos: um no qual a tendência neoliberalizante possuiu mais força (governos Sarney, Collor e Cardoso) e um no qual a tendência democratizante possuiu mais força (governos Lula e Dilma).

Sobre o ciclo democrático de mercado, nos é fulcral evidenciar que, durante mais de três décadas, o Brasil viveu um processo ambíguo de democratização e mercantilização. Tal processo gerou frutos como a constituição de 1988, que garantiu uma série de direitos, como por exemplo a saúde pública gratuita e universal; a estabilização da economia, com o Plano Real; a consolidação de uma democracia liberal organizada sob um sistema de presidencialismo de coalizão; a implantação de programas sociais que alcançaram uma significativa diminuição da miséria, como foi o Bolsa Família. Entretanto, o ciclo democrático de mercado também nos deixou frutos apodrecidos, como por exemplo um enorme número de trabalhadores no mercado informal; o enfraquecimento dos sindicatos; a permanência do Brasil na condição de economia dependente e agrário-exportadora.

Como veremos em seguida, o ciclo democrático de mercado, a partir de 2013, foi sendo exaurido. Seja pelos limites intransponíveis da confluência histórica entre democracia e neoliberalismo, mas principalmente por conta das opções dos agentes políticos do mercado, a democracia brasileira passa por um processo de esvaziamento do seu conteúdo, algo diretamente envolvido com a criminalização da política, o sequestro do

Estado, a perseguição à ativistas e, por fim, a desconsideração da vontade popular expressa nas urnas.

### **Golpe e fim do ciclo democrático de mercado**

Em 2003, pela primeira vez na história do Brasil, um governo de centro-esquerda foi eleito pelo voto popular. Os governos do Partido dos Trabalhadores foram marcados pelo signo do ciclo democrático de mercado: por um lado, promoveram um sem-número de políticas sociais inclusivas, aumentaram o salário mínimo e alcançaram níveis baixíssimos de desemprego. Por outro lado, tais governos mantiveram o tripé macroeconômico neoliberal, não conseguiram superar a matriz agrário-exportadora da economia e também se alimentaram da relação inescrupulosa entre Estado e Capital, algo comum a todos os governantes anteriores. Com acertos e erros, o Partido dos Trabalhadores foi eleito através do voto popular, com seu projeto reformista fraco, por quatro vezes seguidas para comandar o governo federal (duas com Lula da Silva e duas com Dilma Rousseff).

Em 2013, na segunda metade do primeiro governo de Dilma Rousseff, um forte estrondo abalou o momento de rara tranquilidade política pelo qual o Brasil passava. Um ciclo de protestos foi inaugurado, embaralhando as cartas que, até então, estavam em jogo. Longe da espontaneidade que inicialmente iludiu alguns observadores, a assim chamada Jornadas de Junho foi obra de movimentos que estavam latentes. Ademais, ela estava inserida no que Bringel (2015) chamou de uma geopolítica da indignação global. Não nos cabe entrar nos pormenores de tal ciclo de protesto, no entanto é preciso sublinhar que sua existência está diretamente relacionada com uma abertura societária que a) reconfigurou as formas de militância e ativismo político; b) deslocou os campos políticos existentes ao passo que abriu o sistema para a penetração de novos atores e agendas; c) produziu uma polarização política e social inédita na história recente do país.

Mesmo com a queda na taxa de popularidade, comum à maioria dos que então ocupavam cargos de representação no executivo, durante as Jornadas de Junho, em 2014 Rousseff foi reeleita Presidenta da República por uma pequena margem de vantagem sobre o seu adversário. Logo após a apuração dos votos, a oposição pôs o pleito em dúvida, algo curioso tendo em vista que o sistema eleitoral brasileiro é reconhecidamente um dos mais modernos e seguros do mundo. Era a primeira manifestação pública de uma fração do que viria a ser um consórcio golpista.

Poucos meses após o início do seu segundo governo, Rousseff já era obrigada encarar uma série de manifestações de massa rogando o seu impeachment. Estas, uma novidade na história recente do Brasil, uma vez que esse tipo de repertório era quase que uma exclusividade da militância diretamente ou indiretamente vinculada ao campo de esquerda. Como bem sabemos, esse processo culminou na deposição ilegal da presidenta eleita e, posteriormente, na eleição de Jair Bolsonaro. Surge, então, a questão: como

conseguiram afastar uma presidente recém reeleita, sustentada por um partido forte, num momento de relativa tranquilidade política e econômica? Acreditamos que a resposta passa necessariamente pela atuação de três atores: o oligopólio midiático nacional, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o mais destacado dos três, o Poder Judiciário.

A chamada Operação Lava-Jato e as suas ramificações supostamente teriam nascido para investigar as relações obscuras entre grandes conglomerados e o Estado brasileiro, no entanto, logo se converteu em uma enorme caça às bruxas à serviço do consórcio golpista. A perseguição cirurgicamente voltada ao Partido dos Trabalhadores e, em especial, ao seu grande líder, revelou-se um processo político carente de isonomia e embasamento legal. O Poder Judiciário operou em duas frentes: a primeira delas objetivava sacar da vida pública Lula, a maior liderança popular da história do país; já a segunda frente buscava legitimar o impeachment de Rousseff.

A perseguição política ao Partido dos Trabalhadores foi defendida e amplificada pelo oligopólio midiático brasileiro, que dia e noite veiculava matérias associando o partido à corrupção, como se isso fosse uma exclusividade daquele e não uma parte estruturante do sistema político brasileiro. Como veremos melhor adiante, a associação entre Lula e seu partido à corrupção foi o ingrediente fundamental para a construção do anti-petismo como um significativo vazio que possibilitou a articulação de um renovado campo político de direita no Brasil.

Se o consórcio golpista já tinha consigo as frações da elite, ainda lhe faltava conquistar/fomentar o povo. A FIESP, então, encarregou-se de arrecadar financiamento para uma série de novos movimentos que se apoderaram em parte dos repertório da esquerda, em parte da tecnologia desenvolvida por Think Tanks estrangeiros. De março de 2015 em diante, as ruas e as redes foram ocupadas por um sem-número de sujeitos heterogêneos, na maioria identificados com os mais distintos ideais de direita, e somente unidos pelo antagonismo ao Partido dos Trabalhadores. Os gritos de “fora Dilma” ecoaram nos mais distintos rincões do país, chegando, inclusive a penetrar parte da classe trabalhadora outrora fiel eleitora do partido de centro-esquerda. Dessa forma, o cenário estava montado para o grotesco circo parlamentar que destituiu a então presidenta, rompendo o pacto democrático liberal que vigorava desde 1988.

### **Crise e populismo de direita no Brasil**

Como discutimos previamente, quando abordamos a ascensão da hegemonia neoliberal, as crises não são um obstáculo à reprodução do modo capitalista de produção, mas sim um meio pelo qual é possível ultrapassar os obstáculos colocados à sua reprodução. A partir de 2008, manifestou-se mais uma crise do capitalismo global, novamente fruto das próprias e irresolúveis dinâmicas internas do capital. Ao invés da



hegemonia liberal entrar em colapso, como imaginaram muitos dos que testemunharam os bancos e empresas recorrendo aos fundos públicos, foi iniciada uma ofensiva global, ainda vigente, objetivando romper a amarra que ainda impõe algum contorno, alguma face humana, ao neoliberalismo. Essa amarra nada mais é do que o resíduo de soberania popular que preenche aquilo que chamamos de democracia liberal. Desde então, ao redor do mundo, é intensificado um processo de desdemocratização fundamentado no esvaziamento do conteúdo de fato democrático dos processos políticos, admitindo, quando muito, apenas a dimensão procedimental do que seria tal modo de governo, isto é, o voto.

O esvaziamento substancial das democracias liberais gerou consequências passíveis de observação. A primeira delas é a diminuição do comparecimento de eleitores nas eleições, como comprovou Streeck (2018), ao observar os pleitos nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O autor afirma que, ao contrário do que pensam alguns, o afastamento do povo das urnas não é um sinal de satisfação com o sistema político, mas de resignação frente a ele. No Brasil, a taxa de comparecimento nas eleições se mantém razoavelmente estável, todavia o voto não é facultativo e a democracia liberal ainda é um sistema recente em comparação com a Europa e os EUA, havendo, desta forma, um curto período histórico para produzirmos uma comparação.

A segunda consequência é o surgimento de um ciclo global de protestos fundamentado em uma indignação global difusa. Não fortuitamente, uma enorme parcela dos ciclos de protestos e movimentos sociais inaugurados no século XXI apresentam algum grau de reivindicação por mais democracia. Dos argentinos que pediram “*que se vayan todos* (os políticos)”, aos indignados madrilenhos que exigiam “*democracia real ya*”, passando pelos estadunidenses do *Occupy Wall Street* que questionaram o poder exercido pelo 1% mais rico, o tema do poder popular e da democracia é propalado aos sete ventos. Neste ponto, o caso grego nos parece exemplar. Após uma série de protestos e mobilizações, em 2015, o governo grego, sob o comando de um partido de esquerda, convocou um plebiscito para consultar a população sobre o acordo com os credores do Estado. Apesar da maioria do povo ter negado o acordo, uma semana depois o primeiro-ministro estava assinando as medidas rejeitadas nas urnas. Muito além da ululante traição política do primeiro-ministro, o que ficou evidente neste caso narrado são as transfigurações na moderna noção de soberania estatal, o que envolve diretamente a noção moderna de soberania popular. De fato, as opções que foram oferecidas pela troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) eram do tipo ou tudo (minha proposta de acordo) ou nada (o quase total aniquilamento da economia grega).

Tendo em vista as tendências globais correlatas de desdemocratização e de aumento das desigualdades sociais, ambas frutos direto da hegemonia neoliberal, a terceira consequência do esvaziamento da democracia liberal é o fortalecimento do populismo. Aqui, cabe salientar que, assim como Laclau (2013), não estamos pensando o populismo como

um tipo de governo ou regime historicamente situado, mas como uma lógica que é parte da constituição ontológica do político. Tal lógica baseia-se na articulação discursiva de um campo que se constitui através a) da produção de um significante vazio que promova a transmutação da relação diferencial entre as demandas democráticas para uma relação de equivalência minimamente cristalizada; b) da implementação de fronteiras instáveis dentro do social, constituindo um antagonismo entre o povo e os que não são o povo, geralmente a elite; c) a produção de uma representação de tipo direta e em mão-dupla, onde o representante representa o representado e vice-versa.

É comum, nos dias de hoje, o populismo ser apresentado ao senso comum como a causa do recuo democrático em países como EUA, Brasil, Turquia, Itália e Hungria. Ao contrário, na verdade o populismo é um caminho através do qual é possível fazer política como fundamento da produção do social, apesar do processo de esvaziamento da democracia liberal. A cada dia mais pessoas percebem que suas demandas democráticas, cada vez mais difusas devido à proliferação de posições dos sujeitos, são bloqueadas pelo tradicional sistema representativo. Essas pessoas reais, com problemas reais, buscam alguém para representar e que represente as demandas por elas produzidas.

Se o populismo é parte da constituição ontológica do político, é cabível questionar: toda a política é populista? Em maior ou menor grau, sim. Entretanto, podemos diferenciar aqueles agentes políticos que de fato operam uma estratégia populista, isto é, de constituição do povo, daqueles que operam a manutenção *status quo* por meio da tradicional forma de representação. Ademais, a lógica populista não é domínio de nenhum grupo político específico, podendo, dessa forma, conformar-se como de esquerda ou de direita. Sendo assim, veremos como um populismo de extrema-direita chegou ao poder no Brasil.

Desde o início do século XXI, quando a centro-esquerda chegou ao poder apresentando um projeto de redistribuição de renda, a oposição percebeu que não conseguiria estabelecer uma disputa viável no campo econômico, portanto lançaram-se ao campo moral. Os ataques partiram de uma dupla-chave: por um lado, apontavam a centro-esquerda como pais e mães da corrupção e por outro lado, evocavam discursos religiosos conservadores contra os direitos de mulheres e homossexuais, aproveitando-se do vertiginoso alastramento das igrejas neopentecostais e sua teologia da prosperidade. Com o desenrolar dos anos e a continuidade dos governos do Partido dos Trabalhadores, os ataques ao partido e seus aliados foram intensificados, recebendo ressonância na grande mídia oligopolista. Isso, somado a reverberação tardia da crise econômica de 2008 e ao golpe parlamentar de 2015-2016, logo fez com que a desconfiança da população

direcionada ao partido de centro-esquerda transbordasse e também atingisse o sistema político como um todo<sup>3</sup>.

O Brasil adentrou o ano de 2018 com um cenário de anomia social fruto da crise econômica no qual foi colocado, da crise política decorrente do rompimento do pacto democrático de 1988 e da crise social que envolve uma série de questões das quais destacamos a precarização do trabalho e a violência urbana. Os partidos tradicionais apostavam que as eleições daquele ano poderiam significar a retomada da velha ordem na qual o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social-Democracia Brasileira se revezavam no poder, tendo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro como fiel da balança no parlamento. Tal perspectiva se mostrou falsa por dois motivos: não se pode esperar uma aposta na normalidade em tempos de crise, assim como não se pode esperar que os atores extremistas, uma vez invocados, aceitem com tranquilidade o retorno às suas posições marginais.

Em uma entrevista, o filósofo Marcos Nobre (2018) afirmou que parte do sucesso de Jair Bolsonaro se deve a uma espécie de processo de retorno a um porto seguro. Em momentos de crise, as pessoas tenderiam a se agarrar naquilo que lhes é caro, no caso, a família e a religião. Para além do discurso sobre a corrupção, a extrema-direita brasileira conseguiu vender a ideia de que a esquerda ameaça os mais profundos valores da família cristã brasileira. Dessa forma, Bolsonaro conseguiu organizar sua campanha, acima de tudo, sobre um misto de sentimentos de medo, inveja e esperança. Nessa dupla chave moralista, onde a esquerda é apresentada, ao mesmo tempo, como corruptora da moralidade familiar e corruptora da coisa pública, Bolsonaro apresenta-se como o anti-sistema e o anti-petista.

Não raro, em 2018, durante conversas entre acadêmicos, escutava-se que Bolsonaro e seus seguidores produziram o anti-petismo que os levou à vitória. Acreditamos que foi justamente ao contrário. O anti-petismo, aqui compreendido como um desejo reativo, é algo muito anterior ao processo eleitoral de 2018. Trata-se de um discurso que foi alimentado por mais de uma década pela mídia oligopolista e incrementado, posteriormente, pela perseguição político-judicial ao partido e a sua maior liderança. O que o Bolsonaro e seus aliados fizeram com magnificência foi a transformação de um sentimento difuso em um significante vazio capaz não só de dar sentido à uma parcela das insatisfações populares, como também articular um novo campo de direita sob hegemonia bolsonarista e em radical oposição a tudo que for externo a esse campo. Para tal, foi preciso romper com as mediações tradicionais do sistema político, utilizando as redes sociais para promover uma comunicação direta com o povo e manter um estado de polarização constante com inimigos

---

<sup>3</sup> Não por acaso, o grande perdedor das eleições não foi o Partido dos Trabalhadores, mas o Partido da Social Democracia Brasileira. Se Bolsonaro significou uma derrota para a centro-esquerda, para a centro-direita ele significou um absoluto e incontestável fiasco. O anti-petismo significou, também, um processo de radicalização dos tradicionais eleitores da direita.

reais ou imaginários. Consequentemente, podemos perceber que o governo Bolsonaro atende as especificações que aqui apresentamos como uma estratégia populista.

Apesar de inicialmente ter sido bem sucedido na aplicação da sua estratégia populista, Bolsonaro certamente terá que enfrentar uma contradição fundamental: ser populista implementando medidas anti-populares. A aliança entre conservadorismo político e liberalismo econômico, representada pelo atual presidente brasileiro, só poderá ser levada adiante mediante a continuidade da polarização social e pela permanência de um vazio significativo que continue igualando as demandas democráticas. Vejamos o que disseram Laclau e Mouffe, há mais de trinta anos.

Que las resistencias a las nuevas formas de subordinación son polisémicas y pueden ser perfectamente articuladas en un discurso antidemocrático, lo prueban claramente en años recientes los avances de la 'nueva derecha'. Su novedad consiste en haber logrado articular en el discurso neoliberal una serie de resistencias democráticas a la transformación de las relaciones sociales. Lo que explica el apoyo popular al proyecto de Reagan y Thatcher de desmantelamiento del Welfare State es que ellos han logrado movilizar contra este último toda una serie de resistencias al carácter burocrático de las nuevas formas de organización estatal. Que las cadenas de equivalencia que toda articulación hegemónica constituye pueden ser de naturaleza muy distinta, lo muestra palmariamente este discurso neoconservador: los antagonismos constituidos en torno a la burocratización son articulados en la defensa de las desigualdades tradicionales de sexo y de raza. La defensa de los derechos adquiridos fundados en la supremacía de los hombres y de los blancos que alimenta la reacción conservadora amplia de tal modo el área de sus efectos hegemónicos. Se construye así el antagonismo entre dos polos: el "pueblo", que incluye todos aquellos que defienden los valores tradicionales y la libertad de empresa; y sus adversarios: el Estado y todos los subversivos (feministas, negros, jóvenes y 'permissives' de todo tipo). (LACLAU; MOUFFE, 2010. p. 214)

É curioso notar que, muito antes do mundo atentar para o que alguns chamam de nova onda populista, Laclau e Mouffe abordaram tal tema, ao comentar o governo Thatcher. Mais curioso ainda é perceber que o que estamos analisando em 2019 não é tão diferente do que, em 1985, eles chamavam de "nova direita" que, assim como no Brasil contemporâneo, era observada como uma espécie de reação ao avanço de certas pautas de gênero e raça. Mais do que isso, os teóricos, ao mirar na Reino Unido dos anos 1980, também acertam o Brasil, uma vez que a contradição fundamental do governo Bolsonaro é a mesma que foi encarada pelo governo Thatcher: ser populista implementando medidas anti-populares. A chave para a superação de tal contradição, como bem apontam os autores, é a capacidade de atrair para o seu campo uma série de resistências à ordem estabelecida, mesmo que, ao fim, você esteja aprofundando tal ordem. Se Thatcher operou no diálogo com as resistências ao Estado burocrático, Bolsonaro opera dialogando com as resistências ao Estado degenerado. Até que ponto isso poderá ser levado adiante, só o tempo irá dizer.

## Conclusão

Concluimos argumentado que a eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil é parte significativa de um expressivo retrocesso democrático no país. Isso porque 1) a ascensão de um ator até então irrelevante no cenário político nacional foi, em parte, propiciada por uma crise política causada por um golpe parlamentar; 2) o Poder Judiciário reclamou um papel que não lhe cabe, assumindo um lado na disputa política e operando abertamente contra o Partido dos Trabalhadores e rompendo o equilíbrio necessário entre os três poderes da república; 3) o processo eleitoral foi contaminado, por um lado, pelo impedimento da participação do candidato favorito, por outro lado, pela propagação de *fake news* em escala industrial; 4) o discurso e a prática de Jair Bolsonaro e seus correligionários incentiva o ódio e a violência às minorias e a opositores, ameaça a laicidade do Estado e obstrui, quando não destrói, os canais de interação entre Estado e sociedade civil.

Longe de ser um fenômeno localizado, argumentamos que o recuo democrático brasileiro está diretamente vinculado a uma tendência global que se desenvolve desde os anos 1970, a partir da edificação da hegemonia neoliberal. Entendemos que o capitalismo e a democracia são forças antagônicas e que esta, durante algum tempo, exerceu um poder limitador do incremento do modo capitalista de produção. Sendo assim, o neoliberalismo se apresentou como um projeto que objetivava não só concentrar poder econômico como capacidade de exercer poder político, uma vez que uma coisa não pode ser dissociada da outra. Dessa forma, a soberania popular se apresenta como um empecilho a ser contornado.

Vimos também que, dentro de um mundo globalizado os processos políticos, econômicos e sociais se dão de forma desigual e combinada, o que permitiu que a América do Sul vivesse um período específico que chamamos de ciclo democrático de mercado, devido ao entroncamento conflituoso entre neoliberalismo e democracia. Tal ciclo, ao que tudo indica, ao menos no Brasil, parece ter chegado ao fim com o processo que envolveu o golpe parlamentar sobre Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro.

Em suma, defendemos que está em curso, no Brasil, um processo de desdemocratização diretamente vinculado à uma tendência global que se apresenta desde os anos 1970. Ademais, apresentamos a eleição de Jair Bolsonaro, um populista de extrema-direita, ao mesmo tempo como causa e consequência do citado processo. Por fim, manifestamos nossa preocupação com o atual estado das coisas em um país cada vez mais desigual, violento e, agora, sob o comando de pessoas mesquinhas, ignorantes e autoritárias.

## Bibliografia

- ALI, Tariq. *O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60*. São Paulo: Boitempo, 2008
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BRINGEL, Breno. Le Brésil et la géopolitique de l'indignation. In. BRINGEL, Breno. DOMINGUES, José Mauricio. *Global Modernity and Social Contestation*. London; New Delhi: Sage, 2015.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 139-164, out. 2004
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOIMO, Ana Maria. A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- DOMINGUES, José Mauricio. *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009
- DOMINGUES, José Mauricio. *Modernidade global e civilização contemporânea. Para uma renovação da Teoria Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013
- FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HABERMAS, Jurgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: edições Tempo Brasileiro, 1980
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008
- KARATANI, Kojin. Capital as Spirit. *Crises & Critique*. Vol 3. p. 167 -189. 2016.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010
- NOBRE, Marcos. Marcos Nobre: "Bolsonaro foi o candidato do colapso e precisa dele para se manter no poder". In. El País. Publicado em 19/11/2018. Acessado em 27/11/2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542228843\\_630245.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542228843_630245.html)
- PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova*, São Paulo, n. 15, p. 41-81, Oct. 1988
- REZENDE, Rafael. Jair Bolsonaro, populismo de derecha y fin de ciclo político. *Revista Política Latinoamericana*, v. 7, p. 32-47, 2018.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2009

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018

WAGNER, Peter. *A sociology of modernity*. London: Routledge, 1984

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

